

PROJETO BÁSICO

OBRA DE REFORMA PARA ADEQUAÇÃO A IMAGENOLOGIA E RADIOTERAPIA

1. DO OBJETO

- A. O presente documento tem por objeto a contratação de empresa especializada em construção civil para execução da obra de Reforma para adequação a imagenologia e radioterapia do Hospital Escola UFPEL EBSERH, em Pelotas/RS, conforme o presente Projeto Básico, constando de Memorial Descritivo, requisitos do SOST para contratações, Orçamentos Analíticos Detalhados, Projetos Específicos, Cronogramas Físico-Financeiro, entre outros, necessários para a execução dos respectivos serviços.

2. DA JUSTIFICATIVA

- A. As instalações do Hospital Escola UFPEL EBSERH localizadas na FAMED compreendem, entre outros, serviços de imagenologia e radioterapia, os quais podem ser ampliados na área disponível, bem como qualificados no que diz respeito à atendimento de resoluções da Vigilância.
- B. Com esta contratação pretende-se colocar em funcionamento um tomógrafo, que será transferido da UFSC para o HE, cujo funcionamento, próximo ao acelerador linear, é importante para proporcionar agilidade na etapa de planejamento do tratamento;
- C. Também pretende-se ampliar o número de consultórios em cinco unidades, nestes contido a sala de confecção de moldes que possui características compatíveis com consultórios – caso necessário;
- D. Atualmente o vestiário dos pacientes da radioterapia constitui-se de instalação provisória, que apesar de conceder a privacidade necessária será qualificado com a obra. Além disso, os ambientes de mamografia e sala do CR serão também qualificados;
- E. Pode-se afirmar, de forma genérica, que todos os ambientes integrantes da obra serão qualificados no que diz respeito à: instalações diversas (climatização, renovação, elétrica, de gases medicinais e hidrossanitárias – conforme o caso), condições de higiene em virtude do material de revestimento das paredes e teto, entre outros.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- A. Este Projeto Básico, junto dos demais documentos técnicos, tem como objetivo orientar na contratação, sob o Regime de Empreitada por Preço Unitário, de empresa especializada em serviços de engenharia, como também fornecer a perfeita caracterização dos serviços, descrevendo-os detalhadamente e, assim, servir de base para a apresentação das propostas.
- B. Estabelecem também, normas gerais e específicas, métodos de trabalho e padrões de conduta para os serviços e deve ser considerado como complementar aos demais documentos contratuais.
- C. Observa-se novamente a necessidade de compreensão de todos os documentos técnicos (projetos, memoriais, orçamentos, etc.) para perfeito entendimento do objeto.

4. DAS VISITAS E DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

- A. Com o objetivo de garantir a compatibilidade do serviço a empresa licitante realizará visita técnica ao local da obra, objetivando efetuar os levantamentos necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos, inteirando-se das condições, dimensões dos eventos e grau de dificuldades existentes, de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimos de serviços, devendo, para tanto, emitir declaração nesse sentido, conforme modelo que se estabelecer no edital da licitação;
- B. As visitas deverão ser agendadas, com dois dias úteis de antecedência, através do telefone (53) 3284-4917 com o Engenheiro Rodrigo de Oliveira Kuhn, no Hospital Escola da Universidade de Federal de Pelotas filial EBSERH, situado à Rua Professor Doutor Araújo, nº 538, Centro, CEP: 96020-360, Pelotas/RS, nos horários de 08:00h às 11:30h e 14:00h às 17:00h, de segunda-feira à sexta-feira;
- C. A visita deverá ser realizada obrigatoriamente pelo Responsável Técnico da licitante, mediante a apresentação do documento de identidade e da Certidão de Registro e Quitação da Licitante, emitida pelo CREA, onde consta a relação dos responsáveis técnicos da Empresa;
- D. A visita representará a oportunidade para os licitantes interessados conhecerem as características e especificações, condições especiais ou dificuldades que possam interferir na execução dos trabalhos, além de fazerem todos os questionamentos e solicitações técnicas que acharem necessários para elaboração de suas propostas comerciais;
- E. Caso a licitante não queira realizar a visita técnica, deverá apresentar, em substituição ao atestado de visita, declaração formal assinada pelo responsável técnico, sob as penalidades da lei, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, e sobre o local do serviço, assumindo total responsabilidade por esta declaração, ficando impedida, no futuro, de pleitear por força do conhecimento declarado, quaisquer alterações contratuais, de natureza técnica e/ou financeira.

5. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DAS EMPRESAS LICITANTES

- A. As licitantes deverão atentar para as disposições contidas no item “Qualificação técnica” do Edital, comprovando a aptidão para desempenho da atividade permanente e compatível com o objeto da licitação;
- B. A capacidade técnico-operacional visa demonstrar que a pessoa jurídica, enquanto organização empresarial, é capaz de realizar o empreendimento. Não se avalia, portanto, atestados em nome dos profissionais; não é relevante saber se o responsável técnico que se comprometeu com o objeto, ainda possui vínculo com a empresa, uma vez que o foco da análise é a pessoa jurídica.
- C. Para comprovação da capacidade técnico-operacional, a licitante deverá atender o seguinte:
 - I. Certidão de registro expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), em sua plena validade, com indicação do objeto social compatível com a presente licitação, de acordo com o disposto no inciso I, do art. 30 da Lei 8.666/1993;
 - II. Apresentar atestado que demonstre que a licitante tenha executado, para órgão ou entidade da Administração Pública, ou ainda, para empresa privada que não a própria licitante (CNPJ diferente), serviço de característica semelhante ao objeto deste

certame, em atendimento ao inciso II, art. 30, da Lei nº 8.666/1993. Para efeito de caracterização desta semelhança, foram considerados os serviços mais relevantes do objeto, pertencentes ao grupo A da curva ABC, contextualizado com o tipo da obra, devendo a licitante apresentar o que segue:

- a. Execução de forro em drywall, inclusive estrutura, com área mínima de 40m²;
- b. Parede com placas de gesso acartonado (drywall), inclusive estrutura, com área mínima de 120m²;
- c. Fornecimento e instalação de split;
- d. Fornecimento e instalação de sistema de renovação de ar, para área mínima de 40m²;
 - i. Caso a licitante apresente apenas as comprovações previstas em 5.C.a e 5.C.b, deverá complementar a comprovação técnica a respeito das previstas em 5.C.c e 5.C.d no decorrer da obra, previamente ao início dos serviços relacionados à execução. Isto porque admite-se a possibilidade de subcontratação destes serviços. Ressalta-se que a subcontratação possui como requisito a aprovação da CONTRATANTE, que ocorrerá mediante a comprovação dos requisitos de habilitação, inclusive técnica, em atendimento ao Decreto 7.581/11, art. 10;

D. Para atendimento da qualificação técnico-profissional, a licitante deverá:

- I. Indicar o(s) profissional(is), engenheiro civil e/ou arquiteto, que será(ão) responsável(is) técnico(s) pelo serviço e emitirá(ão) futuras ARTs/RRTs, para qual deverá ser apresentado: ¹certificado de regularidade e registro no CREA/CAU, ²atestado de capacidade técnica, com a ³respectiva ART/RRT, ambos registrados no CREA/CAU, além de ⁴Certidão de Acervo Técnico – CAT – com registro de atestado, expedida por este conselho, que comprove ter o(s) responsável(is) executado, para órgão ou entidade da administração pública, ou ainda, para empresa privada que não a própria licitante (CNPJ diferente), serviço de característica semelhante ao objeto deste certame, em atendimento ao § 1º, inciso I, do art. 30, da Lei nº 8.666/1993. Para efeito de caracterização desta semelhança, foram considerados os serviços mais relevantes do objeto, pertencentes ao grupo A da curva ABC, contextualizado com o tipo da obra, devendo a licitante optar por uma das opções abaixo:
 - a. Execução de forro em drywall, inclusive estrutura, com área mínima de 40m²;
 - b. Parede com placas de gesso acartonado (drywall), inclusive estrutura, com área mínima de 120m²;
 - c. Fornecimento e instalação de split;
 - d. Fornecimento e instalação de sistema de renovação de ar, para área mínima de 40m²;
 - i. Caso a licitante apresente apenas as comprovações previstas em 5.C.a e 5.C.b, deverá complementar a comprovação técnica a respeito das previstas em 5.C.c e 5.C.d no decorrer da obra, previamente ao início dos serviços relacionados à execução. Isto porque admite-se a possibilidade de subcontratação destes serviços. Ressalta-se que a subcontratação possui como requisito a aprovação da CONTRATANTE, que ocorrerá mediante a comprovação dos requisitos

de habilitação, inclusive técnica, em atendimento ao Decreto 7.581/11, art. 10;

6. DA VIABILIDADE TÉCNICA

- A. Os projetos foram desenvolvidos considerando documentos fornecidos previamente: memorias de cálculo e descritivos da solução de tratamento a ser instalada, tubulações de drenagem, seu caimento e níveis existentes do pavimento e cota da viga da construção/muro vizinha. O objetivo da contratação está explícito no item Justificativa;
- B. A proposta final teve seu custo orçado utilizando sempre que possível o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, com base em quantitativos levantados através do seu projeto, em atendimento à legislação vigente;
- C. Diante do exposto deve-se aqui considerar, então, a execução da obra em condição de viabilidade técnica, de acordo com padrões normativos.

7. DOS PRAZOS

- A. O prazo de vigência do contrato a ser firmado será de 240 (duzentos e setenta) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato. Dos quais 60 (noventa) dias corridos correspondem ao prazo de execução e conclusão dos serviços, e os demais para efetivação do recebimento provisório e definitivo, estimados em 90 (noventa) dias corridos, emissão da ordem de serviço, etc.
- B. As solicitações de acréscimo de prazo de execução deverão ser encaminhadas com, no mínimo, 20 (vinte) dias corridos de antecedência do término do prazo de execução, acompanhadas de justificativa e novo cronograma físico-financeiro pela CONTRATADA;
- C. Os prazos de garantia, contados a partir do termo de recebimento definitivo da obra, serão como a seguir:
 - I. Segurança e solidez dos serviços deverá ser de 5 (cinco) anos, de acordo com o estabelecido no artigo 618 do Código Civil Brasileiro, sendo de inteira responsabilidade da empresa CONTRATADA, a boa qualidade da mão de obra e dos materiais a serem empregado;
 - II. Observados os prazos descritos no Memorial Descritivo da Obra;
 - III. A garantia será sempre exigida da CONTRATADA, portanto em nenhuma hipótese será admitida qualquer transferência de responsabilidade para terceiros.

8. DO PAGAMENTO

- A. As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta dos recursos orçamentários referidos no edital;
- B. O HE-UFPEL/EBSERH deverá emitir os empenhos dos recursos para cobrir o pagamento dos serviços a serem contratados;

- C. O HE-UFPEL/EBSERH reserva-se ao direito de não efetuar o pagamento se, no ato de aceitação, o objeto contratado não estiver de acordo com as especificações apresentadas e aceitas;
- D. Na hipótese da contratada ter pendência de obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, o pagamento somente efetuar-se-á após a apresentação do comprovante de liquidação do débito;
- E. O pagamento será feito sempre em razão do Regime de Execução adotado no edital;
- F. Por tratar-se de caso de adoção do Regime de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, o pagamento será feito pelo sistema de prestação, por UNIDADES efetivamente executadas e comprovadas pela fiscalização, em conformidade com o cronograma físico-financeiro, com a emissão, pela CONTRATADA, de faturas, devidamente acompanhadas da medição correspondente a partes da obra já executadas;
- G. O pagamento do item “Administração Local”, conforme recomendação do Acórdão nº. 2.369/2011 – Plenário/TCU, será feito na proporção da execução financeira dos serviços em conformidade com o cronograma físico-financeiro, de forma a garantir que a obra chegue ao fim juntamente com a medição e o pagamento de 100% da parcela de administração local. Busca-se com esse critério que a contratada tome as medidas cabíveis para resguardar o ritmo programado da obra já que não será beneficiada com aditivos de valor por motivo de prorrogação de prazo em decorrência de atrasos pelos quais seja responsável. Ou seja, a % de medição do item “Administração Local” será a mesma % de avanço da obra, tal qual demonstrado no cronograma físico financeiro;
- H. O pagamento dos itens relacionados à “aluguéis” será realizado conforme o cumprimento das etapas (meses) 1 à 2. Isso porque as locações serão realizadas para possibilitar a execução dos serviços durante os 2 meses. Ou seja, caso a medição demonstre que na etapa (mês) 2 foram realizados 100% dos serviços previstos na referida etapa, será pago 100% do previsto, para a etapa (mês) 2, dos itens “Aluguéis”. Da mesma forma, caso a medição demonstre que na etapa (mês) 1 foram realizados 75% dos serviços previstos na referida etapa, será pago 75% do previsto, para a etapa (mês) 3, dos itens “Aluguéis”. Cabe observar que o cronograma físico financeiro considera o pagamento de 50,00% dos itens “Aluguéis”, durante 2 meses (etapas 1 à 2), em concordância ao exposto neste parágrafo;
- I. Nos casos em que o HE-UFPEL/EBSERH der causa a eventualidades que ensejem na impossibilidade da CONTRATADA cumprir o cronograma físico-financeiro da obra, o pagamento dos itens referidos em 8.G e 8.H será feito de forma proporcional aos elementos da composição que estiverem necessariamente mobilizados, disponíveis e em efetivo uso durante este período;
- J. O pagamento dos itens relacionados à destinação dos resíduos, itens da Etapa 7, será realizado mediante efetiva utilização, através de prévia autorização da fiscalização registrada em diário de obra.
- K. Os demais itens da planilha orçamentária, serão pagos mediante completa execução, observadas as unidades de medição;
- L. A empresa deverá informar no documento fiscal o período de realização dos serviços;
- M. Quando do processamento da última medição, deverá ser apresentada cópia autenticada da Certidão Negativa de Débito, da respectiva obra, expedida pelo INSS;
- N. É vedada a antecipação de pagamento sem a correspondente contraprestação do serviço, contudo, na hipótese de algum estorno ou ajuste nas medições subsequentes ao efetivo pagamento, o benefício auferido pela CONTRATADA será deduzido dos créditos que a mesma fizer jus;

9. DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

- A. Os preços contratados serão irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de apresentação da proposta. Na hipótese do prazo de execução da obra exceder o período de 12 (doze) meses, por motivos alheios à vontade da CONTRATADA, tais como: alteração do cronograma físico-financeiro, por interesse do CONTRATANTE ou por fato superveniente resultante de caso fortuito ou força maior, o valor remanescente, ainda não pago, por motivos alheios à CONTRATADA, poderá ser reajustado de acordo com a variação do Índice Nacional da Construção Civil – INCC, ocorrida no período entre a data de apresentação da proposta e os 12 meses subsequentes, mediante solicitação expressa ao CONTRATANTE que se reserva o direito de analisar e conceder o acréscimo pretendido, utilizando-se da seguinte fórmula:

$R = P_p \times (\Delta INCC)$, onde:

R= valor do reajuste procurado;

P_p= Valor dos preços dos serviços inicialmente contratados a serem reajustados;

$\Delta INCC$ = Variação do INCC, entre a data limite de apresentação da proposta e 12 meses subsequentes;

- B. O reajuste deverá ser pleiteado até a data da prorrogação contratual subsequente, sob pena de não o fazendo de forma tempestiva, ocorrer a preclusão do direito do contratado de requerer posteriormente o reajuste que teria direito;
- C. Caso o valor do índice não esteja disponível na data do aniversário da proposta, utilizar-se-á a última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente no certificado de pagamento seguinte, tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- D. No caso de eventuais atrasos de responsabilidade da CONTRATADA, os reajustes serão calculados até as datas contratuais do evento gerador do faturamento.
- E. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.
- F. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

10. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

- A. O orçamento estimado para a execução dos serviços, deste Projeto Básico, é de R\$ 209.331,41 (duzentos e nove mil, trezentos e trinta e um reais e quarenta e um centavos);
- B. Conforme declaração em anexo, o orçamento de referência baseou-se nos custos unitários do Sistema Nacional de Pesquisa e índices da Construção Civil. Nas situações de ocorrência de itens de serviços não existentes nesta referência, foram utilizadas outras bases públicas ou pesquisas de mercado;
- C. O BDI adotado para serviços é de 22,15% e para materiais 14,45% considerando a base de preços sem desoneração, conforme composição do BDI em anexo;
- D. Os encargos sociais considerados foram de 112,66% para horista e 70,28% para mensalista, considerando a base de preços sem desoneração, em respeito aos valores informados nos relatórios do SINAPI.

11. DAS DIRETRIZES DE EXECUÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

- A. Conforme estabelece o § 1º do Art. 102, Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, publicado no Boletim de Serviço nº 426 de 28 de junho de 2018, a Ebserh designará formalmente um responsável da unidade beneficiária e um gestor de contratos para acompanhar, fiscalizar e controlar a execução do contrato celebrado, advindos do objeto deste Projeto;
- B. O responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato deverá adotar providências necessárias para o bom andamento dos serviços, assegurando-se de que o número de empregados alocados ao serviço pela CONTRATADA é suficiente e, solicitando da empresa contratada, substituições da mão-de-obra entendida como inadequada para a prestação dos serviços;
- C. A fiscalização técnica dos serviços será feita pela CONTRATANTE, por intermédio da Setor de Infraestrutura do HE UFPEL. Tal fiscalização deverá conferir e verificar as especificações técnicas, o cumprimento do cronograma físico-financeiro e dos projetos, além de outras funções que são essenciais para o andamento dos serviços. Cabe assim ao fiscal averiguar periodicamente os serviços pelos quais é responsável e, caso necessário, registrar no livro de ocorrência fatos que acredite serem relevantes.
- D. A CONTRATADA manterá no escritório da obra, à disposição da FISCALIZAÇÃO e sob sua responsabilidade, um livro de ocorrências (diário de obras), onde serão lançados pelo Engenheiro Responsável da parte da CONTRATADA e pela FISCALIZAÇÃO, os elementos que caracterizarem o andamento da obra, com pedidos de vistorias, notificações, impugnações, autorizações, etc., em duas vias, ficando apenas uma apenas ao livro e outra constituindo relatório mensal a ser enviado para o Setor de Infraestrutura do HE UFPEL-EBSERH.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- A. Deverá ser responsável pelos danos causados à contratante ou terceiros, decorrentes da execução do serviço contratado.
- B. Executar o serviço de acordo com os requisitos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, recomendados pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e INMETRO;
- C. Empregar na execução do serviço, mão-de-obra especializada, além dos recursos materiais suficientes para atender ao objeto, dentro do prazo e período estabelecidos;
- D. Fornecer esclarecimentos e informações técnicas à contratante, quando necessárias, acerca do serviço executado, por escrito;
- E. As visitas dos técnicos, devidamente identificados, deverão ser acompanhadas pelo servidor designado pelo Hospital, para fiscalização da execução do serviço;
- F. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais, bem como pelos encargos sociais dos seus empregados.
- G. Executar os serviços cumprindo todas as determinações e requisitos especificados no Edital e seus anexos;

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- A. Empenhar recursos necessários ao desenvolvimento normal dos trabalhos, segundo as disposições do cronograma físico-financeiro;
- B. A fiscalização técnica dos serviços executados será processada por meio do Setor de Infraestrutura Física –HE UFPEL/EBSERH, pelos engenheiros civil, eletricista e mecânica, em virtude das características técnicas da obra, para os quais caberá praticar todos os atos necessários para a fiel execução técnica do presente instrumento, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA;
- C. A fiscalização atuará, desde o início dos trabalhos até o término do Contrato, sempre pelo interesse primordial da CONTRATANTE, e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade;
- D. Fiscalizar os serviços executados, verificando se no seu desenvolvimento estão sendo cumpridos os projetos e detalhamentos fornecidos;
- E. A fiscalização deverá exigir a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia da obra, inclusive a substituição de qualquer serviço ou equipamentos fornecidos em desacordo com as especificações exigidas, tudo no interesse dos serviços ou da integridade do patrimônio e comunidade da CONTRATANTE, devendo tal substituição ser feita por pedido escrito da Fiscalização;
- F. Adotar, em tempo hábil, as medidas convenientes quanto a decisões e providências que ultrapassem a competência da fiscalização;
- G. Documentar e registrar em livro próprio, as ocorrências havidas, durante a execução do contrato;
- H. Solicitar à contratada a substituição ou adaptação, quando necessária, de qualquer equipamento ou das instalações, respectivamente, cujo uso considere prejudicial e que não atendam às suas necessidades;
- I. Notificar à CONTRATADA quando forem observados defeitos na obra durante o prazo de garantia quinquenal, certificando-se de que as soluções por ela proposta sejam as mais adequadas;
- J. Ajuizar ação judicial caso os reparos não sejam iniciados pela CONTRATADA;
- K. Rejeitar os serviços executados em desacordo com os projetos, especificações técnicas ou com imperfeição, presentes as Normas Técnicas da ABNT e outras aplicáveis;
- L. Observar as demais obrigações elencadas no instrumento convocatório e no Projeto Básico;
- M. Arquivar os projetos, “AS BUILT”, especificações técnicas, orçamento, termos de recebimento, contratos e aditamentos, diário de obra, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento da obra e notificações expedidas;

14. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

- A. O recebimento dos serviços se dará através da celebração do Termo de recebimento Provisório e pelo Termo de Recebimento Definitivo;

- B. O Termo de Recebimento Provisório será lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, em até 15 (quinze) dias após a comunicação da CONTRATADA, desde que, satisfeitas as seguintes condições:
- I. Realização de todas as medições e apropriações referentes a acréscimos e modificações;
 - II. Apresentação das faturas relativas a pagamentos extraordinários conforme o contrato;
- C. O Termo de Recebimento Definitivo será lavrado, no prazo de até 90 (noventa) dias após o término do prazo referente ao termo de Recebimento Provisório, de acordo com as instruções contratuais, satisfeitas as seguintes condições:
- I. Atendidas todas as reclamações da Fiscalização, referentes a defeitos ou imperfeições que venham a ser verificadas em qualquer elemento dos serviços executados;
 - II. Apresentação dos documentos de inexistência de débitos, fornecidos pelo INSS e FGTS, conforme especificados neste instrumento;
 - III. Apresentação do Certificado de Baixa dos serviços, junto ao INSS;
- D. Termo de Recebimento Definitivo será emitido no mesmo número de vias, assinado e distribuído de forma idêntica à estabelecida no item precedente para o Recebimento Provisório;
- E. Durante 5 (cinco) anos após o Recebimento Definitivo dos serviços, a CONTRATADA responderá por sua qualidade e segurança nos termos do artigo 618 do Código Civil Brasileiro, devendo efetuar a reparação de quaisquer falhas, vícios, defeitos ou imperfeições que se apresentem nesse período, independentemente de qualquer pagamento do HE UFPEL EBSERH;
- F. A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, sem que isto implique em qualquer ônus adicional para o HE UFPEL EBSERH;
- G. O serviço somente será considerado concluído e em condições de ser recebido, após cumpridas todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA e atestada sua conclusão pela equipe do HE UFPEL EBSERH;

15. DA SUBCONTRATAÇÃO

- A. Conforme Decreto 7.581/11, Art. 10º, será permitida a subcontratação, desde que previamente autorizada pela CONTRATANTE, observado o disposto no referido artigo;
- I. Para a(s) etapa(s): 7: resíduos, 11: climatização, 12: renovação de ar e 13: rede de gases medicinais serão permitidas a subcontratação;
 - II. Para algumas etapas não serão admitidas a subcontratação, quais sejam: 1: estrutura de canteiro, 2: fundação e serviços de terra, 3: pisos, 5: esquadrias, 6: pintura, 8: instalações hidrossanitárias e 14: administração local e limpeza final da obra;
 - III. As etapas: 4: divisórias, forro e relacionados, 9: elétrica geral e cabeamento estruturado, 10: elétrica tomógrafo, poderão ser subcontratadas, caso a fiscalização entenda pertinente, mediante atendimento dos requisitos do Decreto 7.581/11;
 - a. Diante do exposto acima, observa-se que não há garantia da autorização da subcontratação das etapas citadas em 15.III;

16. DO REGIME DE EXECUÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- A. Sugere-se a utilização do regime de execução empreitada por preço unitário, em função do tipo de obra, a qual é caracterizada também por serviços de reforma, os quais podem sofrer variação nos seus quantitativos ainda que, conforme projetos em anexo, os levantamentos tenham ocorrido de forma satisfatória;
- I. O regime de execução sugerido possui amparo na Lei 12.462/2011 em seu Art. 8º inciso I.
- B. Sugere-se a utilização do critério de julgamento maior desconto, pois através da utilização deste serão eliminadas possibilidades de jogo de planilha pelas licitantes, uma vez que, conforme LEI 12.462/2011 em seu Art. 19º § 3º o desconto em obras e serviços de engenharia deverá ser aplicado linearmente em todos os serviços constantes da planilha orçamentária base das propostas;
- I. O critério de julgamento sugerido possui amparo na Lei 12.462/2011 em seu Art. 18º e 19º.

17. DAS CONDIÇÕES GERAIS

- C. A empresa CONTRATADA para a execução dos serviços deverá atender as exigências contidas no Projeto Básico e executar os mesmos obedecendo às normas brasileiras da ABNT, ao Código de Obras e Regulamentos da Prefeitura Municipal de Pelotas e, conforme o caso, regulamentos, especificações e recomendações da Companhia Estadual de Energia Elétrica – Rio Grande do Sul – CEEE, do Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas – SANEP, da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL e das Companhias Concessionárias de Telefonia no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul. Deverá também prestar, durante a execução dos serviços, toda assistência técnica-administrativa, mantendo também no local dos serviços, todo equipamento e materiais necessários a uma execução perfeita da obra, desenvolvida com segurança, qualidade e dentro dos prazos estabelecidos;
- D. Os preços adotados pela empresa contratada deverão estar de acordo com os praticados no mercado local. Neles deverão estar inclusos todas as despesas necessárias, inclusive custos com materiais, impostos, taxas, transportes, fretes, instalações de equipamentos, depreciações, insumos de material e de mão de obra, encargos sociais e trabalhistas e quaisquer outras despesas inerentes aos serviços;
- E. Os serviços a serem prestados deverão obedecer rigorosamente às normas técnicas e de segurança e medicina do trabalho, vigentes para serviços desta natureza, utilizando-se de equipamentos e ferramentas adequados;
- F. O emprego de mão de obra deve ficar a cargo de profissionais de reconhecida qualificação por parte da CONTRATADA, o que deverá ficar comprovado nos acabamentos esmerados dos serviços, realizados de acordo com estas especificações;
- G. Deverá haver ainda o emprego prioritário de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias – primas de origem local, nos termos do § 1º do art. 4º da IN nº 01/10, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI/MPOG;
- H. Os materiais a serem empregados nos serviços serão novos, de primeira qualidade e satisfarão às condições estabelecidas nos projetos e especificações correspondentes;
- I. A CONTRATADA será responsável, durante toda a vigência do seu contrato com o HE UFPEL EBSERH, pelos materiais e equipamentos existentes nos locais dos serviços;

- J. CONTRATADA obrigar-se-á a corrigir quaisquer vícios ou defeitos na execução dos serviços, correndo por sua conta exclusiva as despesas decorrentes das possíveis demolições e reconstruções deles advindas, bem como a reposição dos materiais idênticos aos anteriormente danificados ou inutilizados, ainda que verificados após a sua aceitação pela FISCALIZAÇÃO e mesmo até o término do prazo do contrato, como também será responsável pelos danos causados ao Hospital Universitário e a terceiros, decorrentes de sua negligência, imperícia e/ou omissão;
- K. No caso de divergências entre elementos do projeto será adotado o critério de prevalência da maior escala (detalhes) sobre a de menor e, em casos omissos ou duvidosos, consultar o autor do respectivo projeto;
- L. A CONTRATADA deverá manter os locais dos serviços em permanente estado de limpeza, higiene e conservação, com o acondicionamento do material resultante das demolições e limpezas em caçambas estacionárias. Não é permitido o entulhamento de restos de construção em outros locais do canteiro. As caçambas cheias deverão ser retiradas e substituídas no prazo máximo de 8 (oito) horas;
- M. A empresa deverá cumprir o Projeto de Gerenciamento de Resíduos de Construção Civil (PGRCC), nos termos da Resolução nº 307, de 05/7/02, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), e § 3º do art. 4º da IN nº 01/10, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI/MPOG para não incorrer em multa, sendo obrigatória sua comprovação para fins de pagamento;
- N. Os resíduos produzidos nas obras deverão ser gerenciados de acordo com as Resoluções CONAMA números 307/2002 e 448/2012, transportados por empresa licenciada pelo Órgão Estadual de Engenharia do Meio Ambiente e encaminhados para disposição final em receptores de resíduos também licenciados pelo Órgão Estadual de Engenharia do Meio Ambiente;
- O. Os memoriais descritivos, os projetos especializados com seus respectivos detalhes e as instruções da licitação, anexos a este Projeto Básico, fazem parte integrante do contrato;
- P. A licitante deverá entregar, no momento de apresentação de propostas, entre outros documentos: ¹composição do seu BDI de serviço e material detalhado, pelo qual demonstra-se todos os parâmetros de cálculo do BDI e ²declaração do efetivo (colaboradores) por etapa, ou seja, em cada mês, o qual será comparado com o estimado no cronograma de mão de obra anexo ao Edital.

18. DO TRATAMENTO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS

- A. A execução dos serviços será pautada por medidas que visem o adequado tratamento dos impactos ambientais resultantes, tais como:
 - I. Racionalização do processo construtivo, com vistas à redução na produção de resíduos e o uso eficiente da água e de demais matérias-primas;
 - II. Adequado tratamento e descarte dos resíduos sólidos (entulho).

19. DA DOCUMENTAÇÃO DISPONIBILIZADA

A. Foram disponibilizados os seguintes documentos:

1. IMAGENOLOGIA E RADIOTERAPIA_01_PROJETO BÁSICO_REV00.pdf;
2. IMAGENOLOGIA E RADIOTERAPIA_02_MEMORIAL DESCRITIVO_REV01.pdf;
3. IMAGENOLOGIA E RADIOTERAPIA_03_MEMORIAL DESCRITIVO REDE DE GASES MEDICINAIS.pdf;
4. IMAGENOLOGIA E RADIOTERAPIA_04_MEMORIAL SEGURANÇA.pdf;
5. IMAGENOLOGIA E RADIOTERAPIA_05_APROVAÇÃO RADIOTERAPIA.PDF;
6. IMAGENOLOGIA E RADIOTERAPIA_06_APROVAÇÃO IMAGENOLOGIA.pdf;
7. IMAGENOLOGIA E RADIOTERAPIA_07_PROJETO PROTEÇÃO RADIOLÓGICA.pdf;
8. IMAGENOLOGIA E RADIOTERAPIA_08_P.ARQ_PLANTA DE LAYOUT_REV01.pdf;
9. IMAGENOLOGIA E RADIOTERAPIA_09_P.ARQ_PLANTA DRY WALL_REV01.pdf;
10. IMAGENOLOGIA E RADIOTERAPIA_10_P.ARQ_PLANTA RESUMO NÃO EXAUSTIVO_REV01.pdf;
11. IMAGENOLOGIA E RADIOTERAPIA_11_P.ARQ_PLANTA TOMOGRAFO_REV01.pdf;
12. IMAGENOLOGIA E RADIOTERAPIA_12_P.ELET_PLANTA INSTALAÇÕES.pdf;
13. IMAGENOLOGIA E RADIOTERAPIA_13_P.MEC_CLIMATIZAÇÃO E RENOVAÇÃO.pdf;
14. IMAGENOLOGIA E RADIOTERAPIA_14_P.MEC_GASES MEDICINAIS 01 DE 02.pdf;
15. IMAGENOLOGIA E RADIOTERAPIA_15_P.MEC_GASES MEDICINAIS 02 DE 02.pdf;
16. IMAGENOLOGIA E RADIOTERAPIA_16_COMPOSIÇÕES DA OBRA .pdf;
17. IMAGENOLOGIA E RADIOTERAPIA_17_COMPOSIÇÕES PRÓPRIAS.pdf;
18. IMAGENOLOGIA E RADIOTERAPIA_18_MEMÓRIAS DE CÁLCULO ORÇAMENTO.pdf;
19. IMAGENOLOGIA E RADIOTERAPIA_19_PLANILHA ORÇAMENTÁRIA.pdf;
20. IMAGENOLOGIA E RADIOTERAPIA_20_PLANILHA ORÇAMENTÁRIA PARA PROPOSTA.xlsx;
21. IMAGENOLOGIA E RADIOTERAPIA_21_RESUMO ORÇAMENTO.pdf;
22. IMAGENOLOGIA E RADIOTERAPIA_22_CURVA ABC SERVIÇOS.pdf;
23. IMAGENOLOGIA E RADIOTERAPIA_23_CURVA ABC INSUMOS.pdf;
24. IMAGENOLOGIA E RADIOTERAPIA_24_CRONOGRAMA ETAPAS.pdf;
25. IMAGENOLOGIA E RADIOTERAPIA_25_CRONOGRAMA SERVIÇOS.pdf;
26. IMAGENOLOGIA E RADIOTERAPIA_26_CRONOGRAMA MÃO DE OBRA.xlsx;
27. IMAGENOLOGIA E RADIOTERAPIA_27_COMPOSIÇÃO BDI.pdf;
28. IMAGENOLOGIA E RADIOTERAPIA_28_DECLARAÇÃO SINAPI.pdf;

29. IMAGENOLOGIA E RADIOTERAPIA_29_COMPOSIÇÃO BDI E ENCARGOS SOCIAIS PARA PROPOSTA.xlsx;
30. IMAGENOLOGIA E RADIOTERAPIA_30_COTAÇÕES.pdf;
31. IMAGENOLOGIA E RADIOTERAPIA_31_COTAÇÕES.pdf;
32. IMAGENOLOGIA E RADIOTERAPIA_32_COTAÇÕES.pdf;
33. IMAGENOLOGIA E RADIOTERAPIA_33_ART RODRIGO 9750005.pdf;
34. IMAGENOLOGIA E RADIOTERAPIA_34_ART EDUARDO 9748622.pdf;
35. IMAGENOLOGIA E RADIOTERAPIA_35_ART IVO 9753015.pdf.

20.DA RESPONSABILIDADE INDIVIDUALIZADA DO PROJETO BÁSICO E EXECUTIVO

- A. Declaramos que somos responsáveis pela Redação dada ao presente, bem como pelo agrupamento de todos os elementos técnicos acima descritos.

Eduardo Silva Pedroso de Albuquerque
Chefe do Setor de Infraestrutura Física
Hospital Escola–UFPEL–EBSEH
SIAPE 1974345

Ivo Martins de Menezes Neto
Engenheiro Eletricista
Hospital Escola–UFPEL–EBSEH
SIAPE 1489635

Rodrigo de Oliveira Kuhn
Engenheiro Mecânico
Hospital Escola–UFPEL–EBSEH
SIAPE 1348286

Danielle Nolasco Zaffalon
Chefe do Setor de Administração
Hospital Escola–UFPEL–EBSEH
SIAPE 1516904

21. DA APROVAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- A. Declaramos que aprovamos o Projeto Básico para licitação, bem como estou de acordo com todas as informações prestadas na declaração e assinatura acima.

Pelotas, 27 de junho de 2019

Mateus Madail Santin
Gerente Administrativo
Hospital Escola–UFPEL–EBSERH
SIAPE 1478844

Samanta Winck Madruga
Superintendente
Hospital Escola–UFPEL–EBSERH
SIAPE 2514506

I. ANEXO I – DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

Papel Timbrado da Empresa

DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

Declaramos, sob as penas da lei, que tomamos conhecimento de todas as informações e exigências contidas no edital e respectivos anexos do **Edital xxxx/2019, inclusive Projeto Básico Executivo**, bem como que realizamos vistoria no local onde serão executados os serviços e não encontramos situações ou condições de trabalho em desacordo com a Planilha de Quantidades e Preço, estando portanto, ciente das condições físicas locais para o cumprimento do objeto da licitação, bem como conhecemos todos os documentos técnicos de engenharia e arquitetura do processo licitatório, dificuldades, esforços, recursos e investimentos necessários para a plena realização do objeto, responsabilizando-se por todos os custos daí decorrentes.

Local e data

Carimbo, nome e assinatura

Emitente: Setor de Infraestrutura Física / Setor
de AdministraçãoPB-REFORMA IMAGENOLOGIA E RADIOTERAPIA
Rev. 00